

A Mangabeira As Catadoras O Extrativismo

Dalva Maria da Mota
Josué Francisco da Silva Junior
Heribert Schmitz
Raquel Fernandes de A. Rodrigues
Editores Técnicos

Embrapa

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Embrapa Tabuleiros Costeiros
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

A Mangabeira As Catadoras O Extrativismo

Dalva Maria da Mota
Josué Francisco da Silva Junior
Heribert Schmitz
Raquel Fernandes de A. Rodrigues
Editores Técnicos

*Embrapa Amazônia Oriental
Belém, PA
2011*

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Amazônia Oriental

Tv. Dr. Enéas Pinheiro, s/n.
Caixa Postal 48.
CEP 66095-100 - Belém, PA.
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845
www.cpatu.embrapa.br
sac@cpatu.embrapa.br

Embrapa Tabuleiros Costeiros

Av. Beira Mar, 3250. Jardins.
Caixa Postal 44.
CEP 49025-040 - Aracaju, SE.
Fone: (79) 4009-1300
Fax: (79) 4009-1369
www.cpatc.embrapa.br
sac@cpatc.embrapa.br

Comitê Local de Editoração

Presidente: *Moacyr Bernardino Dias-Filho*
Secretário-executivo: *Walkymário de Paulo Lemos*
Membros: *Ana Carolina Martins de Queiroz, Célia Regina Tremacoldi, Luciane Chedid Melo Borges.*

Comitê Local de Publicação

Presidente: *Ronaldo Souza Resende*
Secretária-executiva: *Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues*
Membros: *Ana Veruska Cruz da Silva Muniz, Edson Patto Pacheco, Élio César Guzzo, Evandro Neves Muniz, Luciana Marques de Carvalho, Josué Francisco da Silva Junior, Paulo César Falanghe Carneiro, Semiramis Rabelo Ramalho Ramos, Viviane Talamini.*

Supervisão editorial: *Luciane Chedid Melo Borges*

Revisão de texto: *Adilson Oliveira Almeida, Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana*

Normalização bibliográfica: *Josete Cunha Melo, Regina Alves Rodrigues*

Projeto gráfico e Produção editorial: *Laís Zumero*

Capa: *Laís Zumero*

Editoração eletrônica: *Ezequiel Noronha Jr.*

1ª edição

1ª impressão (2011): 500 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Amazônia Oriental**

A mangabeira as catadoras o extrativismo / editores técnicos, Dalva Maria da Mota ... [et al.]

. - Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.

297 p. : il. ; 23 cm.

ISBN: 978-85-87690-95-1

Editores-técnicos: Dalva Maria da Mota, Josué Francisco da Silva Junior, Heribert Schmitz, Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues.

1. Agricultura familiar. 2. Mulher rural. 3. Mangaba. 4. Extrativismo. 5. Sociologia I. Mota, Dalva Maria da, ed.

CDD 305.563 (21. ed.)

CAPÍTULO VIII

**CONFLITOS E MOVIMENTO SOCIAL:
AMEAÇAS E REAÇÕES DAS
CATADORAS DE MANGABA**

CONFLITOS E MOVIMENTO SOCIAL: AMEAÇAS E REAÇÕES DAS CATADORAS DE MANGABA

Heribert Schmitz

Dalva Maria da Mota

Josué Francisco da Silva Júnior

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Nádia de Jesus Batista

Emanuel Oliveira Pereira

Este capítulo tem o objetivo de discutir a dinâmica que se desenvolveu a partir dos conflitos vivenciados pelas catadoras, as suas resistências e as evidências para se organizar em torno de reivindicações e enfrentar os seus adversários. Muitas vezes, esses adversários não atuam conscientemente contra as catadoras, mas ameaçam profundamente o seu modo de vida. A definição do conceito de conflito social utilizado nesse capítulo permite tratar tanto esses conflitos sem luta e sem percepção dos mesmos pelos oponentes das catadoras que vivenciam um impedimento quanto os casos nos quais os donos de terra ou órgãos públicos dirigem sua ação diretamente contra as extrativistas (corte de árvores nativas para enfraquecer a justificativa do acesso nas suas terras, destruição da coleta realizada nas margens de Parque Nacional, etc.). Os exemplos dos conflitos se baseiam nas pesquisas realizadas em vários estados brasileiros. No entanto, a resistência organizada das catadoras de mangaba foi encontrada apenas em um estado, Sergipe, que se destaca pela elevada importância atribuída ao consumo da mangaba. Em outros estados (PA, MG, por exemplo), emergiram também formas de organização (dos geraizeiros, dos usuários de reserva extrativista), mas estas não podem ser consideradas mobilizações em torno do extrativismo da mangaba. Assim, a segunda parte deste capítulo focaliza os acontecimentos ocorridos em Sergipe.

Conflitos sociais ameaçam as catadoras de mangaba

Nos últimos anos, começaram a existir conflitos em torno do extrativismo da mangaba que inicialmente não ultrapassaram os níveis iniciais de escalação¹ por se tratar, pelo lado das catadoras, de grupos sociais pouco organizados. Excluídas da posse da terra na sua maioria, também não eram reconhecidas pelas políticas públicas enquanto populações tradicionais² e em situação de vulnerabilidade social. Não obstante a crescente valorização da fruta no mercado regional de polpas e sorvetes, intensificou-se o corte das plantas nas quais praticam o extrativismo pela crescente urbanização das áreas, constituição de pólos de lazer e turismo, instalação de viveiros de camarão, dentre outras iniciativas. Os proprietários e posseiros de terra cercaram as áreas para impedir uma atividade realizada há mais de dois séculos. Com isso, instaurou-se uma sucessão de conflitos com ameaças de morte e uso de diferentes instrumentos para intimidação de ambas as partes.

Diante de tamanho risco de desorganização social, as ações da nossa equipe de pesquisa foram redirecionadas e, numa segunda etapa da pesquisa (2006 - 2010), concentraram-se na mobilização das populações por meio de diferentes iniciativas, dentre as quais, o I Encontro das Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe, em novembro de 2007, que levou à criação do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) de Sergipe.

Apesar de a pesquisa ter sido realizada em sete estados do Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN), dois da região Norte (PA, TO) e MG, selecionamos quatro tipos de conflitos em diferentes Estados (SE, PB, PA e BA). O critério de escolha foi a natureza do conflito e a diversidade de atores envolvidos nos mesmos.

¹ Neste caso, escalação significa que o conflito aumenta na sua tensão e seus efeitos, o que pode ser tipificada numa escala de diferentes estágios.

² Não entramos aqui no debate recorrente sobre a problemática do uso do termo “populações tradicionais”, termo promovido pelas políticas públicas que precisavam de uma definição oficial para se dirigir a diferentes categorias, entre elas os extrativistas.

O conflito como elemento do regulamento social

A literatura sobre conflito é vasta e mostra que o conflito é parte integral da vida organizacional, tanto nas relações internas e externas de indivíduos e grupos quanto entre organizações. O conflito ocorre, muitas vezes, porque diferenças de opiniões e concepções sobre temas e iniciativas entre grupos e pessoas não são tratados devidamente.

O conflito, no entanto, é um fenômeno muito mais abrangente e se evidencia nas esferas micro e macro. Surge entre indivíduos (por exemplo, no casamento), entre organizações (por exemplo, sindicato e empresa) ou entre países. O conflito pode se evidenciar a partir de várias formas de aparência e de expressão, como tensão, diferença, concorrência, rivalidade, estranhamento, crítica, intolerância, intriga, perseguição, luta, ataque e defesa, violência, disputa pelo poder, destruição, eliminação, inimizade, ciúme, inveja, ódio, desconfiança, aversão, guerra.

Esta lista de possíveis sentimentos e ações relacionados ao conflito dão uma noção da complexidade desse fenômeno social. Formas características da manifestação do conflito são a luta como confrontação aberta e a concorrência como uma forma específica da disputa. Segundo Weber (1922, p. 20), a luta é uma relação social com a intenção, “[...] de impor a própria vontade contra a resistência [...]” dos parceiros. Nisso, os elementos da intervenção podem diferir extremamente e se estender da força física até a capacidade intelectual ou organizacional.

A Georg Simmel (1995) é atribuído o mérito de ter tratado o conflito na sua multiplicidade. Considerou o conflito como um fenômeno “positivo” da vida social, um elemento do regulamento social, e não como um acidente na vida das sociedades. O conflito é uma das formas mais ativas da socialização. Uma vez instaurado, desencadeia um dualismo e leva a um modo de coesão, mesmo que isso cause a destruição de um dos envolvidos. A disputa unifica os adversários em torno de um objeto comum. Como no caso da atração e repulsão no universo, a sociedade também precisa de certa quantidade de harmonia e dissenso, união e concorrência, simpatia e antipatia, para alcançar uma forma definida. Ambas as categorias de interação são positivas

e é um equívoco pensar que uma destrói o que a outra constrói (SIMMEL, 1995; FREUND, 1995).

Em geral, existe a ideia de que, para estruturar uma sociedade sólida, precisa-se excluir os conflitos ou amortecê-los na medida do possível. Freund (1995, p. 9) afirma que “... ao contrário, contribuem para a unidade da vida social”. Para a formação da opinião de Simmel sobre o conflito foi decisiva a ideia de que a luta permitiu aos operários se conscientizarem da sua solidariedade perante o seu destino comum, mas possibilitou também aos empresários esse passo, de modo que foram facilitados, em virtude dessa dupla visão coerente dos problemas, a condução de negociações e o alcance de bons resultados. O conflito não é mais visto como uma etapa disfuncional da humanidade ou como fenômeno patológico, mas como um aspecto “normal” da convivência (BIRNBAUM, 1995).

O antagonismo é especialmente forte se existe uma forma de ligação entre os envolvidos: a existência de características comuns e o pertencimento *a um único* contexto social. A violência manifesta-se, particularmente, dentro de uma unidade, da qual não queremos ou podemos nos separar: dentro de uma fração política, um sindicato ou uma família. Perante o estrangeiro, tem-se uma atitude objetiva, como, por exemplo, encontrá-lo por causa de uma negociação especial ou de uma coincidência de interesses. No caso dos que partilham as mesmas experiências, nenhuma relação, nenhuma palavra, nenhuma atividade e nenhuma aflição que foi compartilhada fica realmente isolada (SIMMEL, 1995).

Simmel vê no conflito não apenas a unidade entre os adversários (díade), mas o mérito de introduzir no jogo o papel do terceiro (tríade).

O terceiro pode ser tanto um simples observador, quanto romper uma intimidade; é causa de antagonismos e aproximação. Em geral, ele é um mediador, mas igualmente pode piorar um conflito ao incitar os dois oponentes um contra o outro até [...] eles se enfraquecerem reciprocamente e o próprio terceiro então intervém para se submeter ambos os dois (FREUND, 1995, p. 12).

O terceiro ganha uma importância especial no caso da concorrência: dois adversários ou concorrentes se esforçam para conquistar o favor do terceiro.

Na concorrência trata-se de um caso particular da união, sua característica é a luta indireta e, na sua forma pura, não é prioritariamente uma luta de ataque e defesa, porque a vitória não está nas mãos do adversário. Enquanto em muitos tipos de luta o prêmio é a vitória, na concorrência a vitória sobre o adversário é um primeiro passo necessário, mas que, por si mesmo, ainda não significa nada. O objetivo é um valor por si mesmo totalmente independente dessa luta. O amante que torna ridículo um rival não avançou nenhum passo se a dama não lhe dá atenção (SIMMEL, 1995).

“O segundo tipo de concorrência se distingue provavelmente ainda mais de outras formas de luta. Nesse caso, cada concorrente por si pretende alcançar o fim sem usar a força contra seu adversário” (SIMMEL, 1995, p. 73). O corredor usa apenas sua velocidade, o comerciante confia somente no seu preço, o publicitário possui apenas a força de persuasão. Isso dá a impressão para terceiros de que não existe adversário no mundo.

A concorrência pode efetuar-se para o bem-estar da coletividade. Esse é o caso da concorrência científica que significa, também, uma luta que não se dirige contra o adversário, senão para alcançar um objetivo comum sendo o novo conhecimento uma vantagem e uma vitória, também, para o vencido. Simmel (1995) destaca o papel positivo da concorrência dos indivíduos no âmbito de uma unidade econômica.

Na concorrência econômica relacionada à conquista de mercados mescla-se

[...] de maneira mais bonita a subjetividade do objetivo final e a objetividade dos resultados finais, uma unidade supra-individual de natureza concreta e sociológica inclui os oponentes e sua rivalidade; luta-se com o adversário sem se dirigir contra ele, de certa maneira, sem tocar nele (SIMMEL, 1995, p. 75).

Motiva as duas partes a se aproximar estreitamente do terceiro, estudando-o nos seus pontos fortes e fracos para poder seduzi-lo.

Birnbaum (1995) rejeita considerar o conflito apenas sob o ângulo de interesses econômicos e destaca a importância, também, dos aspectos afetivos. Simmel (1995) menciona ódio, inveja, miséria e aidez como causas de conflito. Glasl (1997), seguindo uma abordagem socioecológica, rejeita um pensamento causal mecanicista no caso do conflito e ressalta que o mesmo

depende de uma multiplicidade de fatores. É difícil reduzir um conflito a uma só causa.

Nas áreas remanescentes de mangabeiras, pode-se constatar a existência de conflitos em torno de questões ambientais em todos os estados pesquisados. Segundo Little (2001), pode-se distinguir vários tipos de conflito, como trabalhistas, étnicos ou internacionais. Em se tratando de um contexto com destaque para a questão ambiental, pode-se falar de um conflito socioambiental entendido “[...] como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (LITTLE, 2001, p. 107). O autor propõe uma classificação dos conflitos socioambientais, distinguindo-os entre: i) conflitos pelo controle dos recursos naturais; ii) conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; iii) conflitos pelo uso dos conhecimentos ambientais. Os conflitos socioambientais representam para ele também um campo de ação política.

Segundo Libiszewsky (1991?, p. 14), os “conflitos ambientais se manifestam como conflitos políticos, sociais, econômicos, étnicos ou territoriais [...] ou qualquer outro tipo de conflito”. “Normalmente, mudanças ambientais têm que ser ‘transformado’ em algum tipo de fenômeno social antes de produzir um conflito [...]” (LIBISZEWSKY, 1991?, p.12-13). Por isso, este autor introduziu o termo “conflito ambientalmente induzido” para destacar que o objeto dos estudos não deve ser apenas os conflitos aparentemente causados por questões ambientais. No entanto, Hagmann (2005) afirma que a literatura sobre conflitos ambientalmente induzidos produziu conclusões contestadas empírica e teoricamente, principalmente em virtude de causalidades preestabelecidas. Conflitos emergem e se desenvolvem com base no significado e na interpretação das populações envolvidas.

Barbanti Júnior (2002, p. 4) apresenta o debate dos conflitos socioambientais no Brasil e “analisa como a relação entre conflitos sociais (ou a chamada ‘questão ambiental’) tem sido abordada no país, destacando-se uma proposta de formulação de uma sociologia dos conflitos ambientais”³. Questiona a caracterização de um conflito como ambiental como um recorte

³ Ver também Alonso e Costa (2000).

que exclui outras categorizações, por exemplo, no caso da extração ilegal de madeira numa reserva indígena por ex-trabalhadores rurais sem terra que pode envolver questões agrárias, trabalhistas, etc. Mostra “que o recorte analítico de conflitos ambientais, ou conflitos socioambientais, não contribui para a correta interpretação de todas as dimensões envolvidas num conflito social, mas sim evita a compreensão teórica mais ampla das características essenciais desses conflitos sociais” (BARBANTI JÚNIOR, 2002, p. 18). Assim, propõe o uso do termo conflitos (sociais) e meio ambiente.

O debate evidencia a dificuldade para caracterizar um conflito por uma única causa. Frente ao fato de não ter uma proposta consensual e considerando a ideia da multiplicidade de fatores, preferimos usar o conceito do conflito social, que é mais amplo que a noção do conflito ambiental e evita construtos como socioambiental, que não contribui para melhorar a compreensão pela combinação de campos de conhecimento. Essa escolha reflete também o fato de que o conflito ambiental só aparece por causa das preocupações de atores sociais envolvidos, sem os quais não há conflito. Assim, o conflito ambiental pode ser considerado um conflito social no campo ambiental. No contexto em estudo, o conflito se desencadeia pelo acesso aos recursos naturais em áreas anteriormente consideradas de uso comum (envolvendo os pontos 1 e 2 da classificação de Little).

Para os casos em estudo, entende-se o conflito social como uma interação entre atores na qual pelo menos um deles vivencia incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com outro ator, assim, a ação de um ator social sofre algum impedimento a partir da ação de outro ator social (GLASL, 1997).

Conflitos que rondam as catadoras

Os resultados da pesquisa mostram que em todos os estados pesquisados existem conflitos sociais pelo acesso aos recursos, quais sejam, as mangabeiras, das quais são coletados frutos para a fabricação de sucos, polpas e sorvetes. Podemos identificar quatro tipos de conflitos classificados aqui segundo os diferentes atores envolvidos: entre as catadoras nas áreas de acesso comum,

entre as catadoras de diferentes lugares, entre as catadoras e atores externos e entre catadoras e representantes de órgãos governamentais. Porém, a maioria dos conflitos ocorre entre catadoras e atores externos que, em geral, conseguem tirar mais vantagem das relações de poder existentes pelo fato de se apoiarem com mais facilidade nas instituições reguladoras do acesso aos recursos e se ampararem na ideia costumeira de que iniciativas exógenas geram empregos e desenvolvimento para populações desfavorecidas.

Seguindo as ideias de Simmel, podemos distinguir duas formas de conflito: a luta como confrontação aberta entre adversários e o conflito indireto, a concorrência. A concorrência pode se realizar em forma de disputa direta entre adversários que se esforçam para conquistar o favor de um terceiro ou em forma de luta indireta na qual cada concorrente por si pretende alcançar o fim sem se dirigir contra o outro. Nesse caso, apenas usando as suas habilidades em termos de velocidade, negociação ou persuasão. A luta unifica os adversários em torno de um objeto comum.

i) Conflitos entre catadoras nas áreas de acesso comum

Escolhemos como exemplo um conflito que se desenvolveu em torno de um povoado em Sergipe com grande ocorrência de mangabeiras de uso comum: Pontal, Município de Indiaroba. Nas primeiras visitas dos pesquisadores, em 2003, Pontal parecia o tipo ideal de extrativismo da mangaba, com a ocorrência das tendências gerais (impedimento do acesso às áreas de mangabeiras, nas quais as catadoras sempre praticaram o extrativismo, por atores externos) e uma ameaça latente de que uma grande área de uso comum poderia ser fechada para o extrativismo no momento em que a proprietária idosa que permite o livre acesso morresse, pois seus descendentes pensam diferentemente dela e afirmam que cercarão imediatamente a área.

A situação mudou totalmente no final do ano 2007, ou mais exatamente, em virtude da valorização da mangaba pelo aumento da demanda, da promoção do plantio de mangabeiras pelas políticas públicas e da mobilização em torno da criação do MCM. Porém, o primeiro ponto parece ser mais importante, porque, segundo o relato de catadoras, o processo começou 5 anos antes da mobilização. Assim, os proprietários começaram a se interessar pelo uso da mangaba, cercando suas áreas e não permitindo mais o acesso.

Segundo relatos de extrativistas, contribuiu para essa situação a mobilização das catadoras e a pouca disponibilidade de mangaba na primeira safra de 2008. Assim, aumentou o extrativismo predatório com a quebra dos galhos e a retirada de frutos verdes (de menor valor comercial). Essa tendência levou ao crescimento da disputa entre as catadoras com acusações mútuas promovendo fissuras entre elas.

Nesse tipo, trata-se de concorrência em função da escassez dos recursos naturais, na qual as catadoras, em princípio, não se dirigem uma contra a outra, mas tentam retirar o máximo de unidades de recursos naturais sabendo que prejudicariam as próximas safras. O objeto comum é o fruto. Estabelece-se uma competição para chegar primeiro às mangabeiras e tirar frutos mesmo que sejam de péssima qualidade. Os rendimentos declinam enormemente e as pessoas apelam para os frutos que encontram, mesmo que saibam que poderão estar perdendo a confiança do intermediário.

Porém, quando começam a se acusar por este comportamento, o conflito torna-se direto, podendo se agravar, pois o antagonismo é especialmente forte se existe o pertencimento a um único contexto social do qual não podem se separar. Uma proposta para contornar o conflito é a criação de uma reserva extrativista, discutido desde 2007 entre as catadoras e que, recentemente, após a criação do MCM, tomou forma.⁴ Outra reação ao acirramento recente desse conflito foi a organização de uma reunião entre as catadoras e os pesquisadores por ocasião da discussão da implantação da reserva para reforçar as regras existentes que devem ser seguidas pelas catadoras de mangaba. Pela primeira vez, foram estabelecidas novas regras definidas em reunião entre os próprios atores, assim ultrapassando o nível das regras consuetudinárias.⁵ Ambos os conflitos levaram a atividades que podem ser avaliadas de forma positiva, pois contribuem para o futuro bem-estar da coletividade.

ii) Conflitos entre as catadoras de diferentes povoados

Esse tipo de conflito ocorre quando catadoras de outros povoados ou municípios vêm catar mangaba em áreas onde as catadoras locais o fazem.

⁴ Ver situação descrita no Capítulo 8.

⁵ Ver Capítulo 5.

As do local explicitam o sentimento de que estão sendo usurpadas e que as pessoas de fora, mesmo que sejam catadoras, não têm direitos onde não são consideradas “nativas”. A noção de pertencimento a um dado território é associada aos lugares nos quais as pessoas se conhecem como sendo daquele lugar e conseguem ir andando. No conflito anteriormente descrito, a escassez de mangaba em Pontal levou à rejeição da entrada de catadoras de Convento, o povoado vizinho. Há até conflito do tipo: quem é catadora da Rua de Baixo não cata na Rua de Cima. No Município de Japoatã, SE, observou-se um conflito entre as catadoras dos povoados Ladeiras e Carro Quebrado pelo uso de áreas de acesso livre e áreas particulares deste último. Aumenta a tensão o fato de que as catadoras de Ladeiras, segundo as moradoras de Carro Quebrado, não estão obedecendo às regras estabelecidas socialmente para catar mangaba, além de considerá-las “violentas”, o que faz parte da desqualificação de quem é considerado oponente, rival. No entanto, os moradores de Ladeiras declaram não perceber a existência do conflito, o que torna útil o conceito de conflito de Glasl (1997).

Outro conflito entre moradores de diferentes povoados desenvolveu-se numa área indígena no Município de Marcação, PB. Em uma das aldeias potiguara, Caieira, aproximadamente 50% das 120 famílias praticam o extrativismo de mangaba. Segundo os entrevistados, a paisagem, que antigamente era diversificada com mangabeiras e outras árvores, hoje é dominada pelo canavial. “Usineiro derruba, não quer saber. O índio prefere mais mangaba. Poucos preferem cana, mas uma minoria quer é ganhar.” No entanto, são mencionados alguns caciques que negociam com os usineiros em detrimento do interesse da maioria. “O chefe da Funai não toma atitude”, afirma um entrevistado transferindo para o poder público a responsabilidade pelo enfrentamento de um conflito que não tem sido solucionado entre os residentes naquela aldeia. Agrava a situação a disputa por terra engendrada contra aldeias vizinhas. Em qualquer um dos casos, o cerne do conflito é a ocupação das áreas pela cana-de-açúcar que provoca o acirramento do conflito entre e intra aldeias. “No meio dos índios tem aquele do ‘olhão’ que dá tudo aos usineiros. Estamos encurralados nas canas”, afirma um entrevistado.

O conflito persiste com muito descontentamento. Alguns querem acabar com o acordo feito com os usineiros que fornece uma renda monetária aos moradores. Outros querem impedir o plantio por meio da ação direta e outros apelam ao Ministério Público do Estado e sentem-se apoiados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Nesse tipo, trata-se de uma concorrência pelo uso dos recursos naturais, na qual o conflito fica a um nível de rivalidade, não chegando a uma confrontação aberta. Destacamos ainda que, segundo Glasl (1997), o conflito precisa ser sentido apenas por uma das partes. Por um lado, nesses casos, as catadoras de Carro Quebrado e os moradores da Aldeia Caieira, respectivamente, vivenciam incompatibilidades no querer uns com os outros, já que na ação ocorre um impedimento por meio do outro (GLASL, 1997). Por outro, nesses casos, as catadoras de Ladeiras, que catam nas áreas do outro povoado, e os moradores de outras aldeias da área indígena, que estão em favor da ampliação da área da cana-de-açúcar, não percebem o conflito. Podemos avaliar como resultado positivo do conflito a ação dos moradores de Caieira mobilizando o apoio do Ministério Público do Estado e do Ibama, objetivando a conservação da biodiversidade e da imagem da preservação das áreas indígenas.

iii) Conflitos entre catadoras e atores externos

Atualmente, as catadoras estão sujeitas à pressão exercida pelos proprietários das áreas remanescentes de mangabeiras que as utilizam, cada vez mais, para agricultura, turismo e construção de viveiros de camarão, atividades que dependem do corte das plantas. Ameaçada da expropriação de um modo de vida, algumas reagem, investem na reprodução das plantas aumentando sua quantidade de forma significativa e insistem no acesso às áreas nativas, muitas vezes privadas, mas disponibilizadas anteriormente por seus proprietários. São erguidas cercas para impedir o acesso e, nesse caso, as catadoras, frequentemente, desconsideram as regras impostas pelos proprietários e as invadem.

Em geral, trata-se de um conflito entre catadoras e proprietários de terra (com áreas de diferentes tamanhos). Estes últimos têm referências diferentes

quanto ao uso das plantas e uma noção muito clara de propriedade privada. Além de que não têm nenhum tipo de compromisso com os nativos, a não ser ocasionalmente por meio de uma relação trabalhista.

Pode-se distinguir entre dois tipos de atores externos: i) empresários de turismo e de carcinicultura; ii) proprietários de sítios ou fazendas. No conflito com os primeiros, que destroem a vegetação nativa, inclusive as mangabeiras, para construção de viveiros de camarão e loteamentos, parece sempre existir uma esperança de que as catadoras ou familiares poderão ter empregos. Por isso, pela baixa organização política das mesmas e pela desproporcionalidade da força, não se revela como um confronto aberto. Tudo é feito rapidamente e sem muita informação para os nativos. O amparo das instituições ambientais do estado parece provocar uma reação de apatia pelo caráter da legalidade. Em consequência, as catadoras são impedidas de entrar na área anteriormente de livre acesso e ficam sem a sua fonte de renda. Esse tipo de conflito ocorre em todo o litoral do Nordeste.

O segundo tipo de conflito se acirrou recentemente e se desenvolve entre os que têm terra e os que não têm. Isso pode também ser interpretado como oposição entre domesticação e extrativismo e produtores e catadoras de mangaba. É um conflito que se ergue sobre um emaranhado de relações sociais, cujo substrato foi a permissão no passado e a interdição do acesso às plantas no presente, amparadas em noções de amizade e parentesco, cujo oposto é o desconhecido, o estrangeiro. Um sem número de arranjos coexistem. Estes são os conflitos mais violentos com ameaças de tiro e cortes de facão que vieram à tona pela crescente valorização da mangaba, especialmente em Sergipe. Simmel destaca o antagonismo que caracteriza esses casos.

Quando os proprietários não permitem a cata, as catadoras o fazem de modo sorrateiro, quando não tem ninguém no estabelecimento, ou à noite, ou, então, quando observam que quem toma conta está fazendo outra coisa.

O conflito se desenvolve também na definição de políticas públicas em reuniões, nas quais os dois grupos participam, quais sejam: as catadoras e os produtores de mangaba. As primeiras, defendendo o acesso livre às áreas onde sempre praticavam o extrativismo ou uma política de acesso à terra

onde já vivem.⁶ Os segundos, tratando da cadeia e do incentivo, já que têm terra e capacidade de acesso ao crédito que engloba poucos atores. Nesse caso, trata-se de uma concorrência pela definição de políticas públicas específicas e que tem como reivindicações a proibição do corte das mangabeiras e a implementação de reservas.

Recentemente, o conflito tem se acirrado pela vontade dos proprietários em se livrar do direito das catadoras de coletar frutos em terras privadas. As catadoras reagem afirmando que “a terra pode ter dono, mas a mangaba é de ninguém!” e “a mangabeira foi plantada por Deus”. Em reação, os proprietários cortam as árvores e replantam, assim interrompendo a relação entre população e mangabeiras nativas. A experiência do corte das mangabeiras é relatada em vários povoados de Sergipe.

O caso de conflito mais dinâmico é de uma grande área de ocorrência de mangabeiras em Barra dos Coqueiros, que recentemente foi valorizada pela construção de uma ponte que a colocou próxima da capital do estado (a 20 minutos do centro de Aracaju) (Figura 1).



Heribert Schmitz

Figura 1. Oferta de imóvel em área de especulação imobiliária no Município de Barra dos Coqueiros, SE.

6 No debate sobre bens comuns distingue-se, principalmente, entre acesso à área com o direito de uso da terra ou até de vender a terra (acesso à terra), por um lado, e, por outro, o acesso a recursos específicos que se encontram nessa área, como no nosso caso, a mangaba e, às vezes, o leite da mangabeira. Assim, quando falamos neste capítulo de acesso às áreas, é nesse segundo sentido do acesso a recursos específicos.

No litoral Nordeste do Pará, acumula-se a experiência de enfrentamento entre atores com interesses diversificados no Campo da Mangaba (Município de Maracanã). É uma área de livre acesso que até os anos 1960 foi exclusivamente utilizada pelo extrativismo. A partir de 1980, uma empresa de Belém promoveu a derrubada de todas as árvores com tratores e correntes para plantio de coqueiro. Segundo os entrevistados, uma parte da população (cerca de 800 pessoas) aceitou o trabalho neste processo, queimando o campo e derrubando e arrancando as mangabeiras, bacurizeiros e murucizeiros (ou muricizeiros). Outros moradores se revoltaram incendiando a vegetação e arrancando as mudas de coqueiro. Finalmente, a empresa abandonou a área. O extrativismo foi retomado e recentemente (em 2002) foi criada a Reserva Extrativista Marinha de Maracanã. O Ibama “tem trabalhado para garantir a reserva”.⁷ No entanto, o Campo da Mangaba ficou fora da reserva (Figura 2).

Raquel Fernandes Araújo Rodrigues



Figura 2. Entrevista com a secretária da Resex Marinha Maracanã, PA, 2006.

⁷ Entrevista com a Secretária da Resex, uma catadora de mangaba, em 08.08.2006.

No caso do terceiro tipo, não pretendemos avaliar se a extinção do extrativismo tem um papel positivo para o desenvolvimento da economia em geral. Porém, como discutido anteriormente, ameaça o papel das populações tradicionais para a preservação da biodiversidade. Nesse sentido, destacamos a contribuição das catadoras quando assumem o papel de adversários nesse conflito e, de forma organizada, enfrentam os oponentes nos diversos campos de batalha, sendo avaliada de forma positiva a implementação de reservas extrativistas, como em Maracanã, PA, onde ocorreu um conflito social violento nos anos 1980. Em duas áreas de Sergipe, iniciaram-se as atividades dos órgãos para criar áreas comunitárias de acesso restrito: na área denominada “Fazenda São José do Arrebancado” no Município de Barra dos Coqueiros e na área destinada à Resex Litoral Sul de Sergipe nos Municípios de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Estância e Itaporanga d’Ajuda.

iv) Conflitos entre catadoras e órgãos governamentais

Foram observados, também, conflitos entre as catadoras e órgãos governamentais, especialmente o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), numa relação de força, como na Chapada Diamantina, que remete à proibição do garimpo de diamantes em 1996, reprimido com rigor militar e ameaças de prisões (ameaça com metralhadora, trato humilhante das populações denominadas tradicionais) que se estende até hoje. Isso tem provocado a proibição do extrativismo da mangaba na área do Parque Nacional da Chapada Diamantina, excluindo as populações que lá vivem há várias gerações, ao estilo do denominado “mito moderno da natureza intocada”, como também observado entre os caiçaras na Mata Atlântica (DIEGUES, 1998, 2001). Os diferentes atores entrevistados, entre eles funcionários públicos, agrônomos, comerciantes e extrativistas, são unânimes em afirmar o descontentamento com a atuação do Ibama e seu sucessor na gestão do parque, o ICMBio. Nunca durante uma pesquisa encontramos tanto receio e medo em responder às perguntas e tivemos que deixar bem claro que não éramos fiscais ou funcionários do Ibama, mas pesquisadores da Embrapa e da universidade. As proibições não são bem-vindas numa região que ficou quase sem alternativa ao turismo após a criação

do parque. As proibições estendem-se ao extrativismo da mangaba (que aconteceria apenas nas margens por causa da distância), à coleta de flores (sempre-viva, uma planta de áreas rupestres), à extração de palmito, aos viveiros para mudas (a Polícia Federal fechou), à criação de abelhas (somente a 10 km do limite do parque) e, especialmente, ao garimpo de diamante (uma ocupação secular da população local). Não se pretende criticar a criação do parque, nem defender o garimpo, em pequena escala praticado ilegalmente ainda hoje. No entanto, a participação da população na gestão do parque é indispensável para o efetivo funcionamento e, na Chapada Diamantina, a relação da população com o Ibama é de inimizade e ódio.

Essas experiências contrastam com a imagem que o próprio Ibama/ICMBio pretendeu adquirir com a implementação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) ou com seu papel na implantação de reservas extrativistas. Isso enquanto, cada vez mais, a conservação da biodiversidade e de recursos genéticos por populações denominadas tradicionais tem sido objeto de atenção de organismos e cientistas internacionais, podendo ser visualizada como uma das mais eficientes e menos dispendiosas formas de conservação, uma vez que as comunidades, em grande parte, dependem da preservação desses recursos *in situ* para garantir a sua própria sobrevivência. Essa tendência confirma-se também no caso das catadoras de mangaba. A melhor conservação das áreas remanescentes de mangabeiras foi encontrada no decorrer da pesquisa em áreas de livre acesso e em áreas privadas de acesso restrito (quer dizer, poucas catadoras utilizam). A gestão coletiva de bens comuns (nesse caso, das mangabeiras) demonstra um forte elemento conservacionista, quando as catadoras dominam todas as etapas do ciclo produtivo, e se relacionam intensamente com as plantas em todas as etapas de sua reprodução. Assim, deve se pensar sobre uma adequação do tipo de área de conservação ou da ampliação das regras por meio de negociações sobre o uso apropriado dos recursos naturais na unidade de conservação, ou seja, desenvolver um tipo de zona de amortecimento sem estendê-la para a área utilizada

mais intensivamente pela população local.⁸ Para criar um clima diferente, seria necessário oferecer alternativas e não apenas impedir as atividades econômicas da população.

No caso dos conflitos entre catadoras e órgãos governamentais, trata-se de uma luta na qual ainda não existe uma ação das catadoras, que sentem muito medo e reagem com transgressões.

Emergência de um movimento social

Em 2007, começou um processo de mobilização das catadoras que culminou com a criação do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) de Sergipe, em 17 de dezembro de 2007,⁹ a partir da reunião da Comissão de Defesa das Catadoras e dos Remanescentes de Mangabeiras de Sergipe, constituída no I Encontro das Catadoras de Sergipe (Figura 3). Essa iniciativa contou com o apoio dos pesquisadores e de uma liderança das quebradeiras de coco-babaçu do Maranhão (MOTA et al., 2007). Na sequência, em 2008, foram realizadas “capacitações solidárias”, cujo propósito inicial era a troca de experiências entre as catadoras para garantir a conservação das plantas. Mas, diante dos problemas enfrentados pelas catadoras quanto à intensificação dos constrangimentos, transformaram-se também no levantamento dos problemas e possíveis soluções (MOTA et al., 2008). Esse fenômeno novo coloca uma série de perguntas para os pesquisadores:

i) De que forma de ação coletiva trata-se no caso dessa mobilização, visto que não há unanimidade sobre o que é um movimento social?

⁸ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) instituído pela Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, entende-se por zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Art. 2, XVIII da Lei 9.985/2000). A Zona de Amortecimento visa atenuar os conflitos entre, por um lado, uso de recursos naturais e atividades econômicas e, por outro, proteção de uma unidade de conservação. Isso poderia ser feito teoricamente de duas maneiras: i) ceder uma parte da unidade de conservação (prevista) para um uso menos intensivo pela população local com o objetivo de ganhar o apoio local para os esforços da proteção; ou ii) estender as restrições para o entorno sujeitando a população a regras específicas para o uso dessa área com o risco de enfrentar resistências à ideia da proteção. No entanto, muitas vezes, a Zona de Amortecimento não está demarcada segundo critérios ecológicos ou sociais, mas simplesmente definida como uma faixa de 10 km ao redor da unidade de conservação.

⁹ Registrado na ata da reunião.

- ii) Quais as condições em que se criou esse movimento?
- iii) Quais as oportunidades políticas que o MCM aproveitou?
- iv) O que quer o MCM?
- v) Como anda a luta do MCM para conseguir seus objetivos?
- vi) Como o MCM mobiliza seus membros?

Raquel Fernandes Araújo Rodrigues



Figura 3. Participantes do I Encontro das Catadoras de Mangaba, em Aracaju, 2007.

Os movimentos sociais são objeto de estudo desde o século XIX. Quatro grandes abordagens resultam dessa preocupação: i) as teorias clássicas sobre os movimentos sociais; ii) a teoria da mobilização de recursos (MR); iii) a teoria dos novos movimentos sociais (NMS); iv) a teoria da mobilização política (MP).¹⁰

¹⁰ Nos anos 1980, teóricos do paradigma predominante norte-americano, a MR, desenvolveram um intenso debate com a correntes europeia dos NMS, o que levou a alterações e uma tendência de síntese das duas abordagens. Não há uma denominação amplamente aceita para o conjunto de ideias que emergiu a partir da crítica às abordagens de Mobilização de Recursos (MR) e dos Novos Movimentos Sociais (NMS), motivo pelo qual usamos o termo proposto por Gohn (1997): a Mobilização Política (MP), mesmo que Gohn tenha se antecipado em atribuir essa denominação à nova abordagem. Entretanto, essa nova abordagem apresenta já várias vertentes, mas pode ser considerada ainda mais homogênea que, por

Além da influência das preferências teóricas de cada época, as abordagens acerca dos movimentos sociais foram cunhadas sempre pela natureza dos movimentos em análise que apresentam uma extrema diversidade empírica.

A aceitação atual acerca da teoria de movimentos sociais representada pela MP pode ser resumida da seguinte forma. Os estudiosos reconhecem várias contribuições das teorias clássicas, especialmente de Blumer, da Escola de Chicago, e mantêm as principais ideias da MR, no entanto, relativizando sua ênfase numa visão utilitarista e enriquecendo essa abordagem pelas noções de: oportunidades políticas, redes, marcos referenciais, cultura e identidade (GOHN, 1997; TARROW, 1998; CEFAÏ, 2007).

Quais as condições em que o MCM foi criado?

Como afirmado anteriormente, no caso dos conflitos entre as catadoras e seus adversários, trata-se de uma luta recente. Até pouco tempo atrás, não existia uma ação das catadoras. Ainda em 2006, constatamos que esses conflitos não ultrapassavam os níveis iniciais de escalação por se tratar, pelo lado das catadoras, de grupos sociais pouco organizados, pelo menos em relação ao uso desse sistema de recursos (as mangabeiras). Eram atores, muitas vezes, excluídos da posse da terra e das políticas públicas, que não as reconheciam como catadoras de mangaba. Os atores externos eram variados, conseguiam tirar mais vantagem da relação de poder existente e representavam, muitas vezes, uma relação ambígua: ao mesmo tempo de provedores de benefícios (por exemplo, como patrão do marido ou do filho da catadora) e de responsáveis pela exclusão (por exemplo, através da interdição do acesso aos recursos, como no caso do turismo). Nessas situações de exclusão, as catadoras reagiram com transgressões clandestinas, mas explicitaram sentir muito medo de agressões físicas e verbais, além de punições.

Muitos desses conflitos ocorrem em áreas consideradas até recentemente como áreas de livre acesso, que agora foram cercadas, agravando assim a

exemplo, a abordagem dos NMS, o que justifica atribuir uma denominação comum. Sobre as teorias de movimentos sociais veja de forma resumida Schmitz (2009).

situação social e econômica das catadoras. No entanto, a situação mudou nos últimos anos. Por um lado, pela valorização das frutas e, conseqüentemente, a importância das catadoras para o fornecimento das mesmas e, por outro, pela atenção dada a esse segmento social nos últimos anos pelos pesquisadores, especialmente em Sergipe, o que preparou uma arena privilegiada para aumentar a visibilidade das extrativistas. Provocadas pelos diversos tipos de conflito, as catadoras de mangaba começaram a reagir e tornaram-se, pela primeira vez, atores visíveis nesse processo, passando da reação escondida (transgressões clandestinas) à iniciação de uma resistência organizada através do MCM (em Sergipe).

O interesse na situação das catadoras e o apoio pela pesquisa na organização de um primeiro encontro das catadoras de Sergipe tiveram um papel decisivo na criação do movimento. A mobilização e o financiamento da participação no encontro foram de responsabilidade da pesquisa, compartilhada, em alguns casos bem discutidos, com representantes de outros órgãos públicos ou de administração municipal. Foi feito um levantamento prévio dos lugares de concentração de catadoras de mangaba, focalizando a predominância do extrativismo. A mobilização, imediatamente antes do encontro, foi realizada pelos próprios pesquisadores, que já tinham um contato anterior com as catadoras e tentaram garantir a participação de uma amostra dirigida de mulheres extrativistas, para evitar a dominação das mesmas por outros grupos com interesses alheios. No caso do encontro e da organização das catadoras, tratou-se claramente de uma intervenção externa, sendo os temas discutidos durante o encontro, parcialmente, sugeridos pelos pesquisadores. Porém, não se pode subestimar o efeito que teve a visibilidade das catadoras com aproximadamente 100 “representantes” escolhidas e convidadas para se reunir por 2 dias, ouvindo os depoimentos da categoria e discutindo os seus problemas e propostas em grupos de trabalho de cerca de 20 catadoras. “Nós nunca fomos ouvidas, nós queremos ser ouvidas”, assim uma catadora externalizou seu sentimento de isolamento e abandono anterior por parte do poder público (MOTA et al., 2007, p. 4). Pouco a pouco aumentou a coragem de falar em público. A palestra de abertura, proferida por uma liderança do

movimento das quebradeiras de coco-babaçu do Maranhão (convidada pelos pesquisadores) (Figura 4), falando da luta de mais de 20 anos, impressionou muito as mulheres, especialmente quando disse: “Quem tem medo, sofre mais”, e exibiu um vídeo mostrando como as quebradeiras pularam as cercas para ter acesso ao coco-babaçu.



Heribert Schmitz

Figura 4. Maria Alaíde Alves, liderança das quebradeiras de coco-babaçu, proferindo palestra de abertura no I Encontro das Catadoras de Mangaba, em Aracaju, SE, 2007.

Os primeiros passos do MCM contaram com uma comissão de apoio (Comissão do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe), uma espécie de diretoria inicial, formada por pesquisadores, representantes de órgãos públicos¹¹ e catadoras (8 de 16 membros) e uma presidência compartilhada por uma catadora e uma pesquisadora. A escolha das representantes das

¹¹ As “instituições” presentes através de membros individuais na comissão eram: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Embrapa Amazônia Oriental, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Administração Estadual de Meio Ambiente (Adema-SE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá-SE), Universidade Federal do Pará (UFPA). No entanto, mesmo os representantes de instituições de outros estados trabalharam anteriormente em Sergipe.

catadoras não foi fácil, pois a coragem e o talento para falar em público nem sempre coincidiram com a capacidade de apresentar resultados dos grupos de trabalho, que teve como um pré-requisito a habilidade de ler as propostas.

A intervenção externa é um fato muito comum na criação de movimentos sociais, especialmente quando se trata de participantes com “poucos recursos”. A importância desses recursos foi enfatizado pela abordagem teórica da Mobilização de Recursos (MR)¹² que pode ser considerada, entre outros, como uma reação à abordagem anterior, que via a emergência de formas coletivas de protesto como ato espontâneo de massas irracionais. Para os movimentos de luta pelos direitos civis e o movimento negro dos anos 1960 nos Estados Unidos, estudados por teóricos dessa abordagem, a participação da classe média e o apoio das organizações que lhes eram próprias, como as igrejas, tiveram um papel fundamental. Nota-se a mesma importância do apoio externo para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sul do Brasil, nos anos 1980, por meio das igrejas (católica e luterana) em contato com a categoria em questão, assim como de funcionários de órgãos públicos.¹³ Segundo Navarro (2002, p. 203), o movimento dos sem-terra contou com o “[...] significativo apoio dos mediadores religiosos da Comissão Pastoral da Terra e [...] facilidades operacionais oferecidas pelas estruturas da Igreja Católica”. Apenas cerca de dez anos depois da sua fundação (em 1979, formalmente somente em 1984 como movimento nacional; Stédile e Fernandes, 1999), o MST conseguiu se emancipar de uma parte dos seus aliados, principalmente da Igreja Católica, sendo considerado o ano 1990 como o ano da cisão.

Porém, nem sempre esses recursos externos facilitam a emergência e atuação de um movimento social. Apesar da sua necessidade, no caso do Movimento das Catadoras houve também desvantagens no início. O MCM foi chamado o Movimento da Embrapa, porque alguns pesquisadores e alunos de pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) foram identificados com a Embrapa, o que foi fortalecido pela criação inicial da comissão para

¹² Muitas das ideias da MR foram incorporados na Teoria de Mobilização Política (MP), que pode ser considerada atualmente o paradigma predominante .

¹³ Lembramos que o membro da diretoria do MST mais conhecido atualmente, João Pedro Stédile, na época era funcionário da Secretaria de Estado da Agricultura do Rio Grande do Sul.

dirigir o movimento nos seus primeiros passos, também composta por funcionários dessa instituição. Depois de 5 meses (em 5 de junho de 2008), as instituições saíram da coordenação do MCM, o que não agradou as catadoras, pois sentiram-se “abandonadas”. Uma catadora assumiu a presidência, antes representada por uma dupla (catadora e pesquisadora). Mesmo assim, o apoio dos representantes das instituições continuou. Pouco tempo depois, a filha de uma catadora assumiu a liderança formal, apresentando mais facilidade em relação às necessidades de comunicação (domínio do computador e da internet, apresentações com visualização), deslocamento para a capital (lugar de moradia perto) e facilidade de viajar (solteira e sem criança). Considerando a pouca experiência organizacional, esse primeiro passo na direção da “emancipação” do MCM aconteceu relativamente cedo, depois de 5 meses.

Oportunidades políticas que o MCM conseguiu aproveitar e os contraventos

O teórico dos movimentos sociais, Sidney Tarrow (1998, p. 19), destaca a importância de mudanças nas oportunidades políticas entre os fatores que contribuem para a emergência de um movimento social. Além das instituições estatais, o autor enfatiza as estruturas de conflito e de aliança, dentre as quais a disponibilidade de aliados influentes e acrescenta: “Subjacente à emergência de um novo movimento é um sistema de clivagens socioeconômicas, motivações individuais e capacidades organizacionais de grupos” (TARROW, 1996, p. 61).

Pode-se constatar o papel importante das oportunidades políticas no caso da emergência do MCM. Decisivo para a sua criação foram os pesquisadores aliados que prospectaram as áreas remanescentes de mangabeiras e identificaram um novo tipo de população denominada de tradicional: as catadoras de mangaba e de produtos do manguezal (MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003). A partir desse momento se engajaram frente à situação das catadoras ameaçadas no seu modo de vida. No entanto, a principal janela de oportunidade política foi aberta pelo crescimento de uma política afirmativa relacionada às populações denominadas tradicionais em nível nacional. Essa política se manifestou

pela regulamentação da noção de população tradicional por meio de lei e da criação de um órgão específico dentro do Ibama, o CNPT,¹⁴ para promover o reconhecimento de populações tradicionais e o uso sustentável dos recursos naturais por intermédio da gestão comunitária e do desenvolvimento de políticas públicas específicas. Entre essas políticas encontra-se a demarcação de unidades de conservação com uso restrito, dedicadas ao desenvolvimento e à garantia das atividades de uma variedade de grupos reunidos sob essa denominação. Por sua vez, a atuação do Ministério Público Federal em Sergipe deu um apoio significativo para aplicar essas políticas na prática. As atividades de representantes de vários órgãos para criar áreas comunitárias de acesso restrito¹⁵ foram um sinal visível do apoio por “aliados influentes”. As catadoras contaram também com o apoio da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)¹⁶ em 2007 e 2009. Além disso, outros fatores contribuíram para criar as oportunidades, como a atenção prestada recentemente pelo governo do Estado de Sergipe à importância do consumo de mangaba nas suas diversas formas.¹⁷ A opinião pública relativa à questão ambiental, em geral, significa mais um fator em favor da continuação do extrativismo. Nesse contexto, uma parte da mídia escrita e televisiva local e nacional foi acionada pelos defensores do extrativismo da mangaba e se colocou ao lado das catadoras.

¹⁴ O CNPT, hoje integrado na estrutura do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBio), “foi criado em 1992 e tem como finalidade promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais ...”. Entre outros, tem nas suas atribuições criar e gerenciar Reservas Extrativistas e articular e promover políticas públicas nas diferentes esferas governamentais para melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais.

¹⁵ “Fazenda São José do Arrebancado” no Município de Barra dos Coqueiros e Resex Litoral Sul de Sergipe nos municípios de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Estância e Itaporanga d’Ajuda. A única área implantada é o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) São Sebastião no Município de Pirambu, de 610 ha, que foi criada em 2005, bem antes da visibilidade da problemática das catadoras de mangaba.

¹⁶ A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) é responsável pela institucionalização da participação de sociedade civil e da implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Reúne órgãos governamentais, organizações e movimentos das populações denominadas tradicionais.

¹⁷ Entre os aliados encontram-se representantes das seguintes instituições: Embrapa Tabuleiros Costeiro, Embrapa Amazônia Oriental, Universidade Federal do Pará (UFPA), Incra-SE, Adema-SE, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (Semarh-SE), Ibama-SE, ICMBio; Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social de Sergipe (Seides), Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros - SE e UFS.

Por outro lado, não se pode esquecer que alguns dos fatores que levaram à visibilidade da situação das catadoras reforçaram ou até criaram seus adversários. Enquanto a organização das catadoras aumentou, cresceu também significativamente a ação dos proprietários de terra no sentido de cercar as áreas, proibir a entrada antes considerada livre, cortar as árvores em vários casos e lotear áreas com ocorrência de mangabeiras.¹⁸ Existem também pesquisadores e técnicos envolvidos há muito tempo no manejo da cultura e venda de mudas. Estão em favor do “plantio racional”, considerando o extrativismo como “insustentável” (GERAQUE, 2007). Nesse caso, a mídia (Folha de São Paulo) foi colocada contra o extrativismo. Em geral, como mostrado em outro capítulo, a disputa entre cientistas acerca da importância ou não do extrativismo exerce um papel importante na disputa pela opinião pública e as políticas públicas, como a promoção do plantio da mangabeira.

A disputa entre organizações é também uma forma de jogo pelo poder ou, no caso estudado, pela conquista do apoio de influentes aliados. A Colônia de Pescadores (Z-6) em Indiaroba sentiu a concorrência desse novo movimento. Muitas vezes, os maridos das catadoras são pescadores e membros dessa colônia e recebem benefícios por meio dela (o direito ao “defeso”, um complemento de renda dado pelo governo na entressafra do peixe). Para evitar a participação das mulheres no Encontro das Catadoras, os representantes dessa organização ameaçaram as famílias: “Quem é pescador, não é catador”, sugerindo assim que poderiam perder os benefícios. A própria Administração Estadual de Meio Ambiente opinou contra a manutenção de uma área com grande ocorrência de mangabeiras (considerada uma área de significante biodiversidade), sugerindo que a transformação em unidade de conservação prejudica o turismo, o que pode valer para um determinado tipo de turismo de classe alta que prefere o lazer no âmbito de um “resort” fechado (Resex vs. resort).¹⁹

¹⁸ A última alteração pode ser observada, principalmente, no Município de Barra de Coqueiros, que se tornou mais atrativo para casas de férias depois da construção da ponte sobre o rio Sergipe que liga Barra diretamente com Aracaju, o que facilitou o acesso por carro.

¹⁹ No caso da “Fazenda São José do Arrebancado” em Barra dos Coqueiros, SE, as alternativas eram, em determinado momento, a criação de uma Resex ou de um “Resort”, numa distância de 20 minutos de viagem de carro do centro de Aracaju, o que envolve interesses milionários.

Como o MCM atua para fora e para dentro: vencer adversários e conquistar membros

Inicialmente, o foco da ação do MCM foi a defesa do extrativismo da mangaba. As primeiras ações do MCM se dirigiram, principalmente, às instituições: o relatório do I Encontro das Catadoras de Mangaba e uma carta solicitando apoio foram enviados para o Ministério Público Federal (MPF/SE), a Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB), o Ibama, a Administração Estadual de Meio Ambiente (Adema-SE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ministério de Meio Ambiente (MMA), o CNPT, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (Semarh) e a Secretaria Municipal de Ação Social Barra dos Coqueiros, SE, denunciando também atividades prejudiciais ao extrativismo da mangaba. Outra carta dirigiu-se apenas ao MPF para reivindicar o compromisso dos gestores das instituições informadas. Ainda, em novembro de 2007, o MCM recebeu o apoio do MPF/SE na sua iniciativa de introduzir a problemática do extrativismo da mangaba na agenda oficial das instituições, sendo os gestores das principais instituições convocados para uma reunião. Em dezembro de 2007, alguns pesquisadores conseguiram participar juntamente com três catadoras da 6ª Reunião Ordinária da CNPCT, sendo as catadoras representadas, a partir desse momento, como categoria pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS - o antigo Conselho Nacional de Seringueiros). Em novembro de 2009, uma delegação das catadoras de Sergipe visitou uma associação de extrativistas (geraizeiros) em Rio Pardo de Minas, norte de Minas Gerais, e participou, em seguida, de uma reunião dos agroextrativistas brasileiros, promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de uma outra da CNPCT em Brasília, na qual ficou estabelecido que as catadoras passariam a ter sua participação garantida.

Blumer (1951), citado por Gohn (1997), destaca a importância para os movimentos do desenvolvimento de símbolos, como canções, *slogans*, poemas, hinos, gestos e indumentárias para a criação do sentimento da pertença, de identificação com o outro e consigo próprio, criando uma ideia do coletivo. Esses símbolos podem ser observados também no caso

do recém-criado MCM. Enquanto o I Encontro das Catadoras de Mangaba teve como principal resultado a afirmação da identidade de catadora de mangaba e a criação do movimento, no II Encontro já foi visível a atuação do MCM no desenvolvimento de símbolos. Houve uma competição de canções para conquistar a aprovação como hino do movimento. No entanto, os dois encontros tiveram suas logomarcas e foi desenvolvida mais uma logomarca do movimento²⁰.

Já no II Encontro das Catadoras de Mangaba, a composição dos participantes tinha mudado e fizeram-se presentes mais homens e mais catadoras com acesso à terra (assentadas, proprietárias de pequenos sítios) do que no I Encontro.²¹ Essa composição teve sua repercussão nas principais reivindicações, que podem ser resumidas da seguinte forma: não cortar as mangabeiras, proporcionar o acesso à terra ou às plantas (nativas) e o aumento das plantas para as catadoras com sítio. A principal controvérsia é, por um lado, continuar com o extrativismo em áreas de livre acesso ou em reservas extrativistas, pelo outro, optar pela posse de terra individual para plantar mangabeiras. Ainda há a tendência de se optar simultaneamente pelas duas possibilidades.

Essa ambiguidade mostra-se nas reivindicações e propostas apresentadas ao MPF/SE em 2009, que podem ser subdivididos em cinco áreas temáticas: i) conservação da vegetação natural; ii) fortalecimento do movimento; iii) criação de unidades de conservação; iv) comercialização e beneficiamento; v) assistência técnica e capacitação. Os três primeiros temas atendem principalmente aos extrativistas, o último dirige-se sobretudo aos produtores em pequenos sítios (entre eles, também catadoras de mangaba), enquanto os temas dois e quatro interessam a todos os grupos de catadoras.

A proposta de criação de unidades de conservação esbarra também fortemente com o problema da falta de informação. Os responsáveis pela

²⁰ Ver discussão sobre o conteúdo em Mota et al. (2009)

²¹ De um total de 117 participantes, 16 não eram catadoras mas representações de outros segmentos sociais como presidentes de associações e de colônia de pesca, secretários municipais, técnicos de Organizações Não Governamentais (ONG), dentre outros. Das catadoras presentes, boa parte tinha acesso à terra na condição de assentadas e proprietárias de pequenos sítios. Além do mais, a participação dos homens aumentou de 7% no I Encontro para 13% no II Encontro. Diferentemente, no I Encontro a predominância foi de catadoras sem terra que praticavam o extrativismo em áreas de livre acesso.

implantação da Resex não conseguem tirar as dúvidas das catadoras em relação às regras que prevaleceriam após sua criação. Isso coincide com experiências dos pesquisadores em outras regiões, onde constataram desconhecimento e muitas incertezas entre os beneficiários e lideranças, mesmo anos após a implementação da Resex, especialmente sobre os limites da validade das regras e as especificidades das zonas de amortecimento, a exemplo das Resex Marinhas Maracanã e Caeté-Taperaçu no Nordeste do Pará (SCHMITZ et al., 2010). Assim, a conquista (a iniciação das ações governamentais para a criação das unidades de conservação) parece se perder pela falta de apoio popular (indiferença dos possíveis beneficiários por falta de informação).

As principais conquistas, além do aumento da visibilidade das catadoras de mangaba e da integração das representantes das catadoras em importantes redes nacionais (participação em reuniões de instituições nacionais), aconteceram na área do beneficiamento: a participação em cursos de capacitação em produção de doces e licor à base de mangaba, promovido pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, vinculada à Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social de Sergipe (Seides, SE), e a produção coletiva de geléias, balas, bombons, bolos e licor de mangaba coordenado pelo MCM (Barra de Coqueiros e Pirambu). A receita dos bombons e a padronização de embalagem foram desenvolvidas a partir de um curso que contou com o apoio decisivo da Secretaria de Ação Social do Município de Barra de Coqueiros.²²

Uma das preocupações atuais é a ampliação da organização das catadoras através da criação de associações ou cooperativas em cada município. O MCM assumiria o papel de representar político-institucionalmente as catadoras de mangaba de Sergipe, de modo que as associações ou cooperativas teriam a tarefa de organizar nos municípios as atividades econômicas. Esse objetivo exige uma capacitação organizacional ampla de catadoras, incluindo a preparação para as habilidades de liderança. Desde junho de 2009, a UFS vem promovendo cursos com as catadoras de mangaba sobre associativismo e cooperativismo, bem como, auxiliando o MCM nos trâmites legais para constituição das associações/cooperativas.

²² Participaram aproximadamente 20 catadoras nos dois municípios, entre elas, alguns homens.

Essa maneira de integrar as mulheres é empregada também em outros movimentos de mulheres. Silva (2008, p. 8) conclui em relação ao Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) “[...] que o MMNEPA enquanto agência socializante utiliza a capacitação como instrumento para inculcar a sua estrutura nas mulheres, levando-as a interagir e, assim, fazer o Movimento se reproduzir e ter vigor”.

Esses processos de alinhamento, na teoria dos movimentos sociais também denominados *framing*, ajuda a desafiar as visões habituais, “normais” ou convencionais de temáticas conhecidas e contribui para a criação de objetivos comuns, convicções e interpretações da situação predominante na sociedade, possibilitando, assim, a ação coletiva. Contribuíram para esse processo também as ações de órgãos públicos como o MPF e a CNPCT e as reportagens na TV sobre as catadoras (por exemplo, Globo Rural exibiu três vezes matérias sobre as catadoras).

Em outro lugar (Indiaroba, SE), as catadoras de mangaba tiveram acesso às políticas públicas governamentais através do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal (PAA), promovido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A reivindicação da criação de uma lei estadual para proibir o corte e a queima das mangabeiras ainda não se transformou em realidade.

Ainda é cedo para verificar como a participação no MCM mudou as mulheres participantes e as relações dentro das suas famílias, por exemplo, o relacionamento conjugal (PAULILO, 2000). Enquanto, inicialmente, algumas mulheres casadas enfrentaram resistência do marido quando receberam o convite de viajar para a capital do estado para participar do I Encontro da Catadoras de Mangaba²³, hoje a sua participação se realiza com mais naturalidade. Apesar de todas as dificuldades em relação ao acesso aos recursos, houve uma valorização do trabalho e das ações das mulheres.

²³ Ao contrário do fato identificado por Paulilo (2000, p. 12) de que as mulheres militantes dos movimentos de mulheres rurais analisados “são, com raríssimas exceções, casadas” e que “o meio rural não é um bom lugar para as solteiras”, uma porcentagem relativamente alta das catadoras de mangaba vive sem marido (61%): 39% são casadas ou com união estável, 22% solteiras, 20% viúvas, 16% separadas e 3% não especificaram sua condição.

Demandas e propostas: o que foi alcançado

Uma das conquistas é o fato de que se iniciaram discussões entre os órgãos competentes (Incrá, ICMBio, Ibama, etc.) quanto à garantia do acesso à terra pelas catadoras.

Outro sucesso do MCM é a promoção da confecção de bombons de mangaba, atividade desenvolvida em função de um curso promovido pela Secretaria de Ação Social do Município de Barra de Coqueiros e realizado por uma organização não governamental (ONG) com a participação de 25 catadoras. Das 18 que começaram, um grupo de dez catadoras (grupo de doce) continua produzindo balas, bombons, geleia, torta, bolo, biscoito e três tipos de licor, entre elas alguns homens. Um outro grupo em Pirambu desenvolve também essas atividades, mas não produz e comercializa com a mesma regularidade. Na ocasião da capacitação, a instrutora proibiu a divulgação da receita permitindo apenas a produção coletiva. Isso, provavelmente, para manter a necessidade de ministrar cursos em outros contextos. A proibição por si mesmo seria difícil de impor efetivamente, mas as catadoras envolvidas abraçaram a ideia, pois isso foi a sua única conquista visível. Segundo elas, é a primeira vez que existe algo apenas para as catadoras. Assim, aconteceu um conflito com os geraizeiros na ocasião da visita em Rio Pardo de Minas, MG, quando as catadoras de Sergipe se recusaram em dividir as suas receitas com estes extrativistas.²⁴

No Município de Indiaroba foi promovida e ampliada recentemente a venda de mangabas através do PAA. No entanto, nesses casos o número dos envolvidos é ainda relativamente pequeno (estimado em torno de 20 catadoras no total) e muito distante de representar uma alternativa às perdas pelo cercamento e o corte das mangabeiras que causam o problema de alta de matéria-prima. Ao contrário, essa concentração em apenas duas comunidades, no caso dos bombons, e somente uma, no caso da cooperação

²⁴ Esse encontro parece ter sido um “choque de culturas”, pois além desse conflito, as catadoras e acompanhantes das instituições de Sergipe estranharam muito as condições de trabalho dos geraizeiros (a penosidade por causa da longa caminhada e a subida necessária nas chapadas para chegar às mangabeiras), a forma diferente da pobreza das famílias, as atitudes em relação à bebida alcoólica e os costumes de alimentação.

com a Conab, pode se tornar também uma fonte de desunião. Um certo desequilíbrio mostra-se também pelo fato de que um desses municípios (Barra de Coqueiros) se destaca pela concentração de atividades. Aqui, o MCM recebe também o apoio de uma pesquisadora, atualmente Secretária Municipal de Agricultura e Pesca do mesmo município. Assim, as ações de mobilização têm se concentrado nas mãos de um pequeno grupo de catadoras em decorrência de elas residirem nas proximidades de Aracaju e assim terem acesso facilitado às instituições.

Em relação à reivindicação que aparece em primeiro lugar das demandas apresentadas ao MPF, a proibição efetiva do corte das mangabeiras não teve nenhum avanço. Quanto à principal reivindicação da maioria das catadoras (segundo lugar das demandas apresentadas), o acesso aos recursos, pode-se constatar, por enquanto, o insucesso. As áreas foram fechadas, o acesso a muitas delas proibido e não houve avanço na demarcação de unidades de conservação com uso extrativista. Ao contrário, catadoras são obrigadas a comprar a mangaba, prática introduzida pelos donos das terras para substituir o livre acesso em função da crescente valorização da mangaba e da apresentação das reivindicações das catadoras. “Não dá nenhuma renda”, informa uma catadora experiente que pratica essa nova condição sabendo que ganha apenas pelo beneficiamento através da confecção de bombons.

Os dois processos relativos às áreas em transformação em reservas extrativistas estão parados. A Resex Litoral Sul não avança por causa da resistência de empresários, parte do governo estadual e das divergências sobre o tamanho (inclusão de outras áreas de alguns municípios ou apenas uma reserva marinha contemplando o ecossistema dos manguezais). As incertezas referentes às regras dessa modalidade entre as catadoras, especialmente sobre a moradia na área, desmobilizaram o grupo dos usuários. A área da “Fazenda São José do Arrebancado” (BRASIL, 2008), situada no Município de Barra dos Coqueiros já foi decretada de interesse social, para fins de reforma agrária. No entanto, o dono recorreu e foi atendido. Sua estratégia foi a subdivisão da área entre os filhos, o reforço da cerca (Figura 5), a instalação de placas com os novos nomes das áreas menores proibindo a entrada, a construção de casas, nas quais tem a presença de caseiros com cachorros. Parece que, no campo das

catadoras e aliados, essa decisão foi acatada com uma certa passividade. Assim, se espalhou a sensação de derrota. Se essa causa fosse retomada, poderia ser uma luta importante para o MCM, especialmente para contrariar a apatia e o medo que se implantou entre as catadoras (principalmente na vizinhança da comunidade Capoã) e aliados. Porém, sem uma mobilização das catadoras e de influentes aliados, as expectativas de conquistar essa enorme área com grande ocorrência de mangabeiras e pouco alterada, que se estende da praia até o manguezal, em torno de um rio, não é promissora. Para isso, deve ser claramente definido quantas catadoras poderiam utilizar essa área a fim de evitar, por um lado, uma exploração excessiva e, por outro, justificar os custos da aquisição da área pelo Inca.



Heribert Schmitz

Figura 5. Área subdividida e cercada na Fazenda São José do Arrebancado, SE.

Em geral, a implementação de assentamentos, sejam eles assentamentos agroextrativistas ou “convencionais”, não está no cerne da preocupação das catadoras. No entanto, a implementação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) São Sebastião de Pirambu pode ser considerada uma

conquista, pois foi uma iniciativa da população local que ocupou a área com apoio externo.

Analisando os resultados da atuação do MCM nos primeiros 2 anos da sua existência, a maior conquista, na nossa opinião, é o **reconhecimento da identidade** como catadora. Essa conquista vale tanto para o público externo (instituições, opinião pública) quanto para os membros do MCM. Elas adotaram a identidade de ser catadoras, cantam o hino com orgulho e transferiram o gosto dessa canção já para a próxima geração, como observamos nas ruas do povoado Pontal, em Indiaroba.

No entanto, a fragilidade do movimento em termos de **organização** e de **recursos**, em geral, é visível.²⁵ A presidente, que mostra uma habilidade para se comunicar através da internet, nem dispõe de um computador, seja do movimento ou da sua propriedade, nem acesso próprio à internet. Trabalha via cyber café, lan house ou casa de amigos. Os representantes do MCM não têm recursos para telefone ou transporte para reuniões. Como manter os contatos necessários entre as lideranças dos nove núcleos do movimento, que representam os municípios mais importantes para o extrativismo da mangaba? Não existem recursos financeiros para tirar fotocópias para divulgar informações entre os participantes do MCM, com exceção de um apoio eventual da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca do Município de Barra dos Coqueiros, onde mora a presidente. A capacidade de **mobilização**, com exceção dos encontros incentivados pelos pesquisadores, é muito baixa.

Assim, as catadoras preferem o protesto indireto e não conseguem ainda ir para o confronto direto com o adversário. Ao contrário, se caracterizam pela timidez e ficaram chocadas com o contato com o mundo jurídico, quando foram ouvidas pela procuradora do MPF sobre a desapropriação da “Fazenda São José do Arrebançado”. Saíram da reunião com a impressão de derrota. Nessa reunião, mesmo com a presença de representantes das instituições para apoiar a sua causa, foram tomadas de surpresa pela presença do dono

²⁵ Recursos, no sentido das teorias dos movimentos sociais, podem ser internos do movimento ou externos, como: dinheiro, organização efetiva da coletividade, estruturas e capacidade de mobilização, capacidade de agir coletivamente, infraestrutura disponível, aliados, oportunidades políticas.

na audiência. Parece que não estavam suficientemente preparadas, por exemplo, para reunir contra-argumentos relativos ao histórico do uso dessa área nas últimas décadas (apenas depois da decisão negativa lembraram).

As catadoras do MCM não estão ainda capazes de desenvolver **estratégias** para enfrentar com êxito os oponentes ou organizar protestos que congregam os aliados. Não têm “assessores” com a noção política necessária para atuar, como o MST que dispõe de “uma extrema habilidade política”, constatada até pelos adversários (NAVARRO, 2002, p. 195). A força do MCM é a atuação por meio da mídia, onde as catadoras aparecem ou como guardiãs da biodiversidade ou como vítimas das políticas de exclusão.

Atualmente, o MCM encontra-se dividido entre o ideário coletivo (produzir e comercializar bombons coletivamente; catar conjuntamente) e individual (o sonho de ter seu próprio sítio). O último desejo é reforçado pela insegurança atual do acesso às mangabeiras e da preferência das políticas públicas que sabem melhor lidar com quem tem terra. Muitos fatores inibiram o desenvolvimento de uma ideia do coletivo. Entre os maiores obstáculos encontra-se a ambiguidade ou até desunião das catadoras relativas aos seus objetivos. A principal controvérsia é continuar com o extrativismo ou optar pela posse de terra para plantar mangabeiras. Talvez seja também uma expressão da maior influência de catadoras com terra dentro do movimento, a partir do II Encontro das Catadoras de Mangaba, em abril de 2009. Assim, nem sempre é fácil identificar os aliados e adversários.

Um ponto crítico é a **ausência dos jovens**. Na última reunião, que contou com 19 catadoras participaram três jovens. No entanto, num encontro recente no povoado Pontal com as principais lideranças e militantes da causa desse povoado, apesar do apego aos símbolos (hino) do movimento, as meninas mais velhas, importantes para assumir as atividades extrativistas, não mostraram muito interesse. Essas questões devem ser aprofundadas no decorrer de uma etnografia a ser desenvolvida nesse povoado em 2010.

No entanto, em termos de **alinhamento** são muito interessantes os eventos organizados pelas catadoras, como a I Festa da Mangaba, que ocorreu em Indiaroba no mês de janeiro de 2010, e a “Noite das Catadoras”, realizada em Barra dos Coqueiros, em 2009. Outra forma de manter e aprofundar os

laços é via igreja católica nos momentos de novenas das catadoras. Porém, isso pode levar à dependência (até agora a igreja católica não se pronunciou em favor da causa delas) e a exclusão de catadoras de outras bases religiosas. Por outro, pode criar uma coesão entre os integrantes dessas atividades a longo prazo. Trata-se de um tipo de mística do movimento.

Para o fortalecimento desse movimento, é indispensável um esforço de capacitação de lideranças previsto para agosto/2010, financiado pela Embrapa/CNPq que envolverá catadoras de vários municípios e que também contribuirá para a constituição de uma rede de mulheres catadoras que reforce o associativismo nas diversas áreas de ocorrência da mangabeira no Estado de Sergipe. O maior desafio para o MCM é conseguir sustentar a sua capacidade de organizar a ação coletiva por mais tempo e realizar uma conquista relevante capaz de manter as catadoras unidas.

Reflexões finais

Os resultados da pesquisa mostram que em todos os estados pesquisados existem conflitos sociais pelo acesso aos recursos, quais sejam, as mangabeiras. Nos casos analisados, mesclam-se as diferentes formas do conflito: conflito direto e indireto (concorrência). Analisando os quatro tipos de conflitos identificados, o que existe em comum é que o objeto de disputa é o uso das áreas de mangabeiras, nas quais as catadoras sempre praticaram o extrativismo. Os conflitos têm um motivo principal, a atuação de atores externos ao extrativismo. Não foi observada situação de escassez de recursos que não seja relacionada diretamente à intervenção, seja contra a vontade das catadoras, seja com a permissão de pelo menos uma parte delas. O que os distingue são as formas de conflito e os atores envolvidos.

Apenas a partir da nova situação criada pela intervenção, os conflitos internos entre as extrativistas tornam-se relevantes. Muitos desses conflitos ocorrem em áreas consideradas até recentemente como áreas de livre acesso, em muitos casos de propriedade da Marinha apropriadas indevidamente. Os proprietários ou posseiros cercam as áreas e as catadoras insistem em ter acesso às mesmas como vinham fazendo há séculos segundo uma noção de

que a “terra pode ter dono, mas a mangaba é de ninguém”.

Enquanto os conflitos entre as catadoras não afetam a continuação do seu modo de vida, os conflitos com os atores externos ameaçam a sua reprodução e, na maioria das vezes, a própria existência dos recursos, como citado no parágrafo anterior. Agrava o conflito o fato de que os órgãos públicos, os bancos, as instituições de pesquisa e extensão, na sua maioria, não observam essa diferença e oferecem projetos apenas aos “produtores” de mangaba que, muitas vezes, cortam plantas nativas para a implantação de pomares de mangabeiras. A atuação dos órgãos de defesa ambiental (Ibama, ICMBio) é avaliada de forma variada.

Ao contrário da avaliação ainda recente, a necessidade de estabelecer regras é sentida hoje pelas próprias catadoras e, diferente do previsto, principalmente para regulamentar o comportamento entre as extrativistas. A elaboração e imposição de regras para os externos, porém, é claramente exigida do estado por meio de proibições e, prioritariamente, pela criação de áreas de extrativismo com acesso restrito. Assim, pode-se concluir que os conflitos (muitas vezes) contribuem para aumentar o bem-estar da coletividade, como afirmou Simmel (1995).

Podemos constatar que, provocadas pelos diversos tipos de conflitos, as catadoras de mangaba começaram a reagir e tornaram-se, pela primeira vez, atores visíveis nesse processo, passando da reação escondida (transgressões clandestinas) à iniciação de uma resistência organizada, especialmente, através do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) de Sergipe. Esse movimento foi criado com forte apoio externo sendo decisivos os recursos financeiros, organizacionais e de infraestrutura aportados pelas instituições. Além disso, beneficiou-se significativamente das oportunidades políticas pelo fato de se tratar de uma população denominada tradicional vivendo dos recursos naturais gerenciados há muito tempo por elas²⁶. O MCM, pelo debate brasileiro, pode ser considerado um movimento social.

Pode-se observar um grande avanço em relação ao reconhecimento da sua identidade como categoria e da sua causa quando comparado com a situação de “isolamento” das catadoras antes da primeira mobilização.

²⁶ Sobre a questão se há gestão coletiva em áreas de acesso livre ver no Capítulo 5 desta obra.

Enquanto o MCM avançou substancialmente no sentido de reforçar o reconhecimento das catadoras de mangaba entre si e na opinião pública, há obstáculos pela ambiguidade ou até desunião das catadoras sobre seu futuro e, assim, no desenvolvimento da sua força na ação coletiva. Fica uma incerteza em relação à orientação da sua luta entre o ideário coletivo (produzir e comercializar bombons de forma coletiva; catar conjuntamente) e individual (o sonho de ter seu próprio sítio).

O maior empecilho está no fato de que o MCM tem poucos recursos em termos de capacidade organizacional, de mobilização, de repertórios, de dinheiro ou de infraestrutura. Tudo isso é típico de um movimento dos **mais pobres**. A maioria das catadoras pode ser até mais pobre do que os membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por isso, os focos de mobilização de extrativistas são muito mais raros do que as evidências de organização dos “sem terra”, sendo o movimento das catadoras de mangaba até agora (2010) restrito a somente um estado. Esse fato requer uma reflexão teórica diferente daquela encontrada a partir da elaboração da abordagem da Mobilização dos Recursos (MR) e da “descoberta” dos Novos Movimentos Sociais (NMS) no mundo “ocidental” nos últimos 50 anos.²⁷ A base de movimentos dos pobres constituída pelo “lumpesinato”²⁸ no Brasil, termo usado que se refere à palavra usada por Marx para caracterizar a camada mais pauperizada da população, da qual não se esperava nenhum apoio para a luta da classe trabalhadora, se distingue significativamente da classe média dos movimentos dos anos 1960 a 1990 na Europa e nos Estados Unidos ou da “elite” dos operários envolvida nas lutas sindicais e pelas transformações da sociedade capitalista anteriores. Por isso, é importante destacar: “Não há um único modelo de organização de um movimento” (TARROW, 1998, p. 137).

²⁷ Essa reflexão será tema de outras publicações.

²⁸ Do alemão “Lumpen”, ou seja, pano de chão.

Referências

- ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma sociologia de conflitos ambientais no Brasil. In: **Ecologia Política: Natureza, sociedad y utopia**, 2000. p. 115-135. (Paper preparado para o Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso, Rio de Janeiro, 22.-23.11.2000).
- BARBANTI JÚNIOR, O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba. **Anais ...**, Indaiatuba, ANPPAS, 2002.
- BIRNBAUM, P. Conflitos. In: BOUDON, R. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 247-282.
- BRASIL. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos; **Decreto de 7 de maio de 2008**. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda São José do Arrebancado”. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11572.htm>. Acesso em: 03 de jun. 2008.
- CEFAÏ, D. **Pourquoi se mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective. Paris: La Découverte, 2007. 727p.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 2.Ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 169p.
- DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p. 97-124.
- FREUND, J. Préface. In: SIMMEL, G. **Le conflit**. Trad. S. Muller. Paris: Éditions Circé, 1995. p. 7-17.
- GERAQUE, E. Extrativismo insustentável. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de julho de 2007. Mais!, p. 9.
- GLASL, F. **Konfliktmanagement**. Ein Handbuch für Führungskräfte und Berater. 4. Ed. Bern: Stuttgart: Haupt, Freies Geistesleben, 1997. 464 p.
- GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. 383 p.
- GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008. 166 p.

HAGMANN, T. **Confronting the concept of environmental induced conflicts**. Lausanne, Bern: Swiss Graduate School of Administration, Swisspeace, 2005. 22 p. (Peace, Conflict and Development, Issue Six, January 2005). Disponível em: <<http://www.peacestudiesjournal.org.uk/docs/Environmental%20conflict%20final%20version%20edited.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. 2006.

LIBISZEWSKY, S. **What is environmental conflict**. Zürich, Bern, ETH, Center for Security Studies, Swiss Peace Foundation. [1991?]. 14p. Disponível em: <http://cms.isn.ch/public/docs/doc_238_290_en.pdf>. Acesso em: 20 de nov. 2006.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: Bursztin, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.

MOTA, D. M.; SILVA JUNIOR, J. F. Populações tradicionais e formas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira no litoral sergipano. **Raízes**, Campina Grande, v. 22, n. 2, p. 225-234, 2003.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F.; JESUS, N. B.; OLIVEIRA, P. E. O.; RODRIGUES, R. F. A.; SANTOS, J. V.; CURADO, F. F. **As catadoras de mangaba**: problemas e reivindicações. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. 71 p.

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; PEREIRA, E. O.; RODRIGUES, R. F. A.; JESUS, N. B.; SCHMITZ, H.; SANTOS, J. V. **Capacitação solidária das catadoras de mangaba**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. 57 p. (Embrapa Tabuleiros Costeiros. Documentos, 133).

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F.; RODRIGUES, R. F. A.; ROCHA, M. M. L. Disputas pelo acesso aos recursos naturais: o dilema das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 33., Caxambu, 2009. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2009. Disponível em: <<http://www.encontroanpocs.org.br/2009/?page=1&menu=Home>>. Acesso em: 21 de out. 2009.

NAVARRO, Z. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, B.S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n. 21, p. 1-21, 2000.

SCHMITZ, H. O MST à luz de teorias dos movimentos sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009. **Anais...** Sociologia: Consensos e Controvérsias”. Rio de Janeiro: SBS, 2009. Disponível em: <<http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br>>. Acesso: 30 de jul. 2009.

SCHMITZ, H.; COSTA, J. N.; SILVA JÚNIOR, S.; BARBOSA, J. E. C. **Relatório da I Excursão das Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense.** Belém: IFCH/UFPA, 2010. 17p. Mimeografado.

SILVA, M.E.P. **Socialização de agricultoras no movimento de mulheres do Nordeste Paraense.** NCADR/UFPA, 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/caa>>.

SIMMEL, G. **Le conflit.** Paris: Éditions Circé, 1995. 159 p.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 167 p.

TARROW, S. **Social movements and contentious politics.** 2.Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 271 p. <Original: 1994>

TARROW, S. States and opportunities: the political structuring of social movements. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Ed.). **Comparative perspectives on social movements:** political opportunities, mobilizing structures, and cultural framing. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 41-61.

WEBER, M. **Wirtschaft und Gesellschaft.** Tübingen: J. C. B. Mohr, 1922. 840 p.